

Um outra história do Brasil?

No seminário sobre a Ética, Lacan diz que a ética mesmo a ética da psicanálise não está dissociada da política e a política enquanto um fato de discurso deve ser examinada como tal, ou seja como um discurso.

Ao citar Marx ainda no seminário VII, Lacan chama atenção para os fundamentos do Estado burguês onde a organização humana é fundada sobre os preceitos da necessidade e da razão e demonstra como esses preceitos não se sustentam porque o que rege a organização psíquica não é a necessidade e muito menos a razão, cada sujeito, diz ele, "é deixado na tormenta de seu egoísmo e de suas necessidades particulares". Na lição seguinte, ele explicita isso fazendo a relação entre o princípio do prazer e o domínio do Bem para afirmar em seguida que o domínio do bem está no nascimento do poder e que dispor dos seus bens é ter o direito de privar os outros desses bens, fato esse bem evidente ao longo da história do Brasil.

Da mesma forma Freud em *Mal Estar da Cultura* nos ensina que o espaço social não está em oposição com a psicologia individual, portanto o psicanalista não pode deixar de se questionar sobre o lugar que ocupa no espaço social.

Assim, e considerando o aforisma de Lacan que o inconsciente é o social, devemos estar atentos a forma onde os significantes que circulam nos discursos circunscrevem o que faz mal-estar na cultura.

Os acontecimentos recentes no país por constituírem uma historização, por realçarem significantes que se repetem ao longo desses 500 anos, revelam facilmente o alcance ideológico dos fatos, os impactos sobre o discurso e a própria organização social que vivemos hoje.

A narrativa de Brasil uma biografia, nos mostra com muita clareza os significantes presentes na história do país desde sua descoberta e nos ajudam a compreender o momento presente.

BRASIL: UMA BIOGRAFIA

Autoras: Lilia Moritz Schwarcz e Heloisa Murgel Starling

Ed. Companhia das Letras, 2015

O encontro com o livro ***Brasil: uma biografia*** da historiadora e antropóloga Lilia Schwarcz e da historiadora Heloisa Starling, lançado em 2015 me trouxe dois sentimentos opostos. De um lado o prazer de leitura de um texto riquíssimo sobre a história do Brasil e do outro lado uma certa angústia, por encontrar no texto respostas nem sempre alentadoras para entender o momento vivido pelo país.

Lançado no momento que o país vivia intensa crise política, convulsões sociais e a ameaça de derrocada de um governo que se iniciara com a esperança de redução das desigualdades sociais, o livro toma um significado e importância capital.

O texto descortina ao longo da narrativa como o momento de hoje é a repetição de situações semelhantes vividas ao longo da história do Brasil sem que tenhamos conseguido após cada revolta, a cada crise, a cada destituição dos governantes da época, avançarmos na formação de uma verdadeira república, na construção de uma identidade cidadã.

Quando as autoras iniciaram sua pesquisa, cerca de dez anos atrás, não tinham ideia que o livro seria lançado em um momento de eclosão de mais uma crise como as tantas narradas ao longo do texto. A questão que a história do país nos coloca é como poderemos sair dessa repetição, como fazer avançar essa volta sem que ela se feche num circuito sem saída.

As crises políticas no Brasil têm se repetido como um retorno ao mesmo, como uma marca fundadora do país: a exploração e a desigualdade social mostrando sua força e se impondo mais uma vez.

A narrativa tem início com a chegada de Cabral nessas terras em 1500 e se estende até os anos noventa do século passado quando se inicia a redemocratização do país. O texto é monumental pelo rico e minucioso trabalho de pesquisa documental que resultou em quinhentas páginas de uma leitura leve com um estilo por vezes bem humorado, sem academicismos e ricamente ilustrado com fotos históricas.

Em uma entrevista à Folha de São Paulo as autoras tiveram que explicar porque chamam de biografia, termo em geral usado para personagens, a história de um país e Schwarcz responde: "Antes se faziam biografias para elevar um indivíduo ou provar o quanto um país era glorioso. Nós nos propusemos a fazer uma biografia para resgatar vozes dos que não foram protagonistas. É um modo mais plural de contar uma história". E Starling complementa: "a biografia permite resgatar as vidas anônimas e colocá-las lado a lado com os grandes personagens".

E de fato, o relato é construído pela perspectiva dos atores anônimos refletindo de modo contundente a marginalização vivida por eles.

Narrando a história pelo lado dos índios, negros, mestiços e pobres, os protagonistas anônimos, as autoras vão desconstruindo alguns mitos que fazem parte do imaginário brasileiro, as tentativas do país na formação de sua identidade, a construção da cidadania, os diversos movimentos para o nascimento de uma nação.

O livro tem início com o fragmento de um texto de Lima Barreto que comenta a lei da abolição da escravidão de 1888, quando ele tinha sete anos de idade. Nesse pequeno fragmento, Lima Barreto exalta a liberdade ao mesmo tempo que ressalta quão longe ela está e quão longe se encontra da igualdade.

Não é por acaso a escolha desse autor. Lima Barreto foi um dos poucos a se definir como negro em um país onde a maioria da população era negra ou mestiça, mas negava e ainda nega essa condição. Jornalista, ensaísta, e por duas vezes internado em um hospício, sua obra tratava sempre da exclusão, da desigualdade, da loucura, do desalento. Temas que compõem o fil rouge de **Brasil: uma biografia**.

Uma colonização pacífica, uma miscigenação amigável, uma escravidão onde escravizados e senhores conviviam de modo cordial são alguns mitos utilizados na construção da identidade nacional e que as autoras vão mostrar que não resistem à história contada pelo viés de seus protagonistas anônimos.

O livro relata como a colonização foi marcada pela violência exercida inicialmente contra os índios que se revoltam todo o tempo contra a expulsão de suas terras, contra a escravização, ou ainda contra a tentativa de torná-los domésticos através da catequese missionária. Os portugueses, segundo as autoras, tinham uma visão negativa do índio considerado um ser selvagem e perigoso. As expedições que adentraram pelos sertões do território nacional no século XVI - chamadas de Bandeiras - tinham um caráter violento e

levou ao aprisionamento em grande escala dos índios guaranis. Esse lado violento dos Bandeirantes paulistas foi totalmente recalçado pela história oficial que os transformou no símbolo do arroubo e coragem dos paulistanos.

Os índios, vistos como rebeldes e indolentes não se fixavam na terra nem tinham interesse pelo excedente produzido nas plantações. Características naturais e que compreendiam uma visão distinta do mundo eram tidas pelos portugueses como negativas. Já os franceses, que desembarcaram por aqui na metade do século XVI, viam os nativos como um modelo para pensar a civilização européia. Entre 1555 e 1615 os franceses fizeram várias tentativas de fundar uma colônia em terras brasileiras chegando em 1612 a fundar um povoado em terras do atual estado do Maranhão, povoado que se chamou Saint Louis em homenagem a Luís XIII. A aventura durou até 1615, quando foram expulsos pelos portugueses e não mais voltaram.

A introdução do cultivo da cana e dos engenhos de açúcar intensificou a escravização dos indígenas e as rebeliões e fugas. A chegada dos negros um pouco depois, no final do século XVI, para dar conta do trabalho nos engenhos não extinguiu a utilização dos índios no trabalho escravo como contam os livros de história oficial. Os nativos continuaram sendo escravizados agora junto com os negros. As revoltas e tentativas de fuga eram constantes e a insurreição coletiva de negros e índios era chamada pelos portugueses de "*Santidade*", movimentos alimentados por cultos sincrético e messiânico. A Santidade do Jaguaribe no Recôncavo baiano, por exemplo, misturava elementos do rito tupinambá com símbolos do catolicismo que prometiam uma redenção futura.

Para atender a necessidade de mão de obra do plantio da cana e dos engenhos de açúcar, principal produto produzido no país e exportado para a Europa, começam a chegar os negros africanos. Ao longo do período de escravidão - três séculos e meio - o Brasil recebeu 40% do total de negros africanos escravizados. A compra e venda de escravos tornou-se em si um grande comércio que envolvia quantias vultuosas e grandes fortunas.

O negócio da cana além da marca da escravidão vai levar a uma descentralização do poder com a casa-grande do engenho como local de mando real e simbólico -era a aristocracia da cana onde o senhor reinava sem interferência da coroa. É aqui na casa-grande dos grandes proprietários de terra, senhores dos engenhos, que nasce a nobreza local com a valorização da família como marca de poder, família que compreendia além dos parentes, agregados, criados e escravos.

As autoras ressaltam como essa organização social cria o preconceito em relação ao trabalho manual, braçal, totalmente exercido pelos escravos e criados. Então de certo modo, não realizar trabalho manual definia a nobreza local.

A assim chamada civilização da cana criou costumes, detinha o poder local e na expansão do plantio da cana, devastou a mata do litoral do Nordeste. Uma citação do Pe. Antonio Vieira no livro define o regime de trabalho nos engenhos de açúcar: "inferno não mais feito de tinta vermelha da madeira, mas de corpos seviciados dos escravos combinados às fornalhas dos engenhos".

O livro mostra ainda como a escravidão tomou tal vulto no país, durou tanto tempo, que penetrou toda a sociedade colonial. Ter escravos representava distinção social e então pequenos agricultores logo

passaram a ter seus escravos e até mesmo os negros libertos que conseguiam algum dinheiro também tinham os seus. O tráfico de escravos foi proibido em 1810 no entanto em 1817 a história registra que mais de 1000 escravos eram expostos para venda no *Valongo*, mercado de escravos do Rio de Janeiro.

As autoras avançam no relato contundente da escravidão no Brasil, demonstrando como o racismo é uma construção social e chamam atenção de que o mesmo não se inicia com a chegada dos negros africanos, mas com o contato com os índios sobre os quais se operou um verdadeiro genocídio.

O livro mostra como a cor da pele logo se tornou um marcador social fundamental e é até hoje usada com o eufemismo "as pessoas de cor". O tom da pele indicava a origem e a condição social, e suas variações como no caso do mestiço, que lembrava o resultado da violência do senhor com suas escravas. A cor, a limpeza e a pureza, são termos que definiam a qualidade do açúcar produzido nos engenhos mas são termos relacionados de imediato à questão da raça - "quanto mais branco melhor" - assim a cor da pele do senhor branco e o negro dos escravos foi assimilada a uma hierarquia natural. Desse modo quando a escravidão é oficialmente abolida a situação social dos negros libertos que vagavam pelas ruas, analfabetos, miseráveis e sem qualquer inserção social, é atribuída à sua condição de inferioridade natural e não à sua condição histórica, política ou econômica.

O texto chama ainda atenção sobre o silêncio e a negação no país em relação tanto ao racismo quanto ao genocídio dos indígenas que perdura até hoje. É um dos temas, junto com cidadania e república que retornam sempre nesses 500 anos.

A estrutura da casa-grande por exemplo, se repete na arquitetura moderna brasileira com o quartinho dos empregados e o elevador de serviço dos edifícios. O termo ama-seca, lembram, foi incorporado ao vocabulário sem referência às amas de leite, escravas que não amamentavam seus filhos para amamentar o senhorzinho, os negros que antigamente eram abordados na rua por serem suspeitos de fuga continuam a serem abordados e mortos até hoje pela polícia sob quaisquer pretextos.

Na tentativa de manter sua identidade e resistir, os negros incorporam ao cotidiano seus costumes e ritos que também eram forma de luta. Introduzem a capoeira, transformam santos em orixás e os que conseguem fugir se organizam nos quilombos -refúgios dos que fugiam da escravidão. Durante a fuga ou rebeliões avançavam contra os senhores matando feitores e queimando engenhos. Os quilombos eram também o lugar onde cultuavam seus orixás e onde podiam recriar suas raízes. Os rituais religiosos com batuques e atabaques celebrados nos quilombos são citados por Gregório de Matos, poeta barroco do final do século XVII, considerado um dos primeiros poetas a investir sua pena contra a arrogância dos governantes e a corrupção.

O que o livro mostra é que de longe teria havido uma submissão dos negros e índios à condição de escravos, por isso o uso da força e da violência num clima constante de tensão entre senhores e escravizados.

Da mesma forma no campo político a tensão era permanente com inúmeras revoltas e tentativas de separação de territórios e de deposição dos imperadores e depois dos presidentes no período republicano.

No período imperial as revoltas se iniciam contra a cobrança de impostos, a corrupção e o envio das riquezas para Portugal sem qualquer retorno de melhorias para o país. Essa situação é constantemente

denunciada nos discursos do Pe. Antonio Vieira como no sermão onde ele compara o roubo a um sintoma que acomete todo o corpo do enfermo país:

"Perde-se o Brasil (digamo-lo em uma palavra) porque alguns Ministros de Sua Majestade não vêm cá buscar nosso bem, vêm buscar nossos bens... El-rei manda-os tomar Pernambuco e eles contentam-se com o tomar. Este tomar o alheio é a origem da doença. Toma nesta terra o ministro da justiça? Sim, toma. Toma o ministro da república? Sim, toma. Toma o ministro da fazenda? Sim, toma. Toma o ministro do Estado? Sim, toma. E como tantos sintomas lhe sobrevêm ao pobre enfermo, e todos acometem à cabeça e ao coração que são as partes mais vitais, e todos são atrativos e contrativos do dinheiro que é o nervo dos exércitos e das repúblicas, fica tomado todo o corpo, e tolhido de pés e mãos, sem haver mão esquerda que castigue, nem mão direita que premie"

Em 1822 D. Pedro I proclama a independência do Brasil da corte portuguesa com uma situação singular e única, a manutenção da monarquia e não a criação de uma República como ocorrera em todas as outras colônias das Américas. Para as autoras, o gesto criou um Estado mas não uma nação, tínhamos uma monarquia verde e amarela com um rei português. Essa solução, no entanto, atendia ao perfil conservador das elites políticas brasileiras e a mistura do armorial europeu com o tropical das terras brasileiras ficou estampada na tela com que Debret retratou a coroação de D. Pedro I.

Na enumeração das diversas revoltas, as autoras mostram outro mito que não se sustenta à luz dos fatos: o do brasileiro como homem cordial. Chamando atenção para a desvirtuação da expressão criada pelo historiador Sergio Buarque de Holanda em 1935, no seu livro *Raízes do Brasil*, para quem o homem cordial refletia nossa dificuldade de entrada na modernidade e a dificuldade na separação entre o público e o privado, "ao suposto de que tudo no Brasil passa pela esfera da intimidade" elas mostram que a expressão foi transformada em relações cordiais no sentido de harmoniosas, de um povo pacífico, negando a resistência exercida pelos escravizados e a população pobre em geral de um lado e os movimentos violentos de repressão do Estado contra a resistência, de outro lado.

De 1832 a 1840 começando por Pernambuco e se estendendo por vários Estados do Norte, os movimentos de resistência denominados de *Cabanagem* feitos por índios tapuias, negros, e a população pobre contra a elite local, deixou um saldo de aproximadamente 40.000 mortos. Outros movimentos eclodem no Sul e é na tentativa de acalmar os ânimos que a coroação de D. Pedro II, então com 15 anos de idade foi antecipada e se realiza em 1841.

Em 1850, trezentos e cinquenta anos após a descoberta do Brasil, o tráfico de escravos é proibido. No entanto, para suprir a mão de obra o governo e os grandes proprietários estimulam a imigração de europeus. A vinda dos europeus tinha também para o governo o objetivo de "branqueamento" da população. Nessa época, no Rio de Janeiro haviam 110 mil escravos para uma população de 266 mil habitantes - a maior concentração urbana de escravos do mundo e o governo temia que a colônia se transformasse num novo Haiti.

A luta para construir uma nação é expressa por D. Pedro II em anotações encontradas em documentos oficiais, dizia ele que lhe faltavam duas grandes obras: "organizar moralmente a nacionalidade, formar uma elite". E as autoras questionam: "Como fazer de uma população dispersa na área rural, mal unida por lealdades de província e condicionada pelo sistema escravista sentir-se parte de uma comunidade

política?" Uma das saídas encontrada foi deixar de lado a escravidão e enaltecer os índios que dizimados nas florestas reaparecem nos romances e pinturas da época.

A literatura dá visibilidade ao nacionalismo, e o romance *O Guarani* de José de Alencar que conta a história de uma virgem loura que se apaixona pelo índio Peri tem por objetivo, segundo as pesquisadoras, firmar uma identidade ao mesmo tempo universal com o europeu, e particular com a figura do índio. Na mesma época D. Pedro II cria a Academia de Belas Artes que faz em suas produções a exaltação do exótico, da natureza e do índio romântico.

No entanto, para as autoras, é somente com a guerra do Paraguai que começa a criar-se um sentido positivo de "pátria". A guerra que estendeu-se por mais de cinco anos e terminou com um saldo de mortos imenso, um país financeiramente arrasado, e um imperador que desinteressado pela política resolve conhecer o mundo deixando o país à deriva. Nesse clima, a pressão pelo fim da escravidão cresce e a Lei Áurea é proclamada em 1888. Mas não é só o fim da escravidão que a população queria e no ano seguinte, 1889, a República é finalmente proclamada.

Mas a República não traz mudanças políticas importantes. Mantém o perfil oligárquico da nação com número reduzido de eleitores e os coronéis oriundos da Guarda Nacional e ligados aos grandes latifundiários garantem seu poder em troca de apoio ao governo.

É nessa época que ocorre o crescimento das cidades com a chegada dos imigrantes europeus e para o controle das endemias, toma corpo as teorias de Darwin que inspira a eugenia, e no rastro dela, a teoria de Lombroso faz sucesso no país. É nesse momento também que surgem as favelas. O nome favela, revelam as autoras, vem de uma planta que brotava no morro onde ficava o arraial de *Canudos* que se chamou *Morro da Favela* e passou em seguida a nomear os barracos erguidos no morro da Providência no Rio de Janeiro.

A repressão à população negra, aos pobres e aos imigrantes era forte e as revoltas não tardaram a re-aparecer. Nos sertões, movimentos que misturaram mística e revolta como o de *Caldeirão* e *Canudos* deixaram marcas. *Canudos* no interior da Bahia, o maior deles, narrado por Euclides da Cunha em seu livro *Os Sertões*, de 1902, inscreve de forma indelével a visão dramática dessa região: a seca, a solidão, o abandono da população. **Brasil: uma biografia** destaca como na estrutura de poder desses movimentos sempre se destacam as polaridades: padres e fiéis - coronéis e seus dependentes, beatos e seguidores - santos e devotos, coronéis e bandos armados.

No clima de insatisfação com a República nasce em 1920 o movimento modernista que marca o rompimento com o conservadorismo da Academia Brasileira de Letras fundada em 1897. O movimento criticava a importação de teorias estrangeiras e lança em 1928 o *Manifesto Antropofágico* escrito por Oswald de Andrade. O manifesto, que se tornou o slogan do Movimento, faz referências que vão de Rousseau à Freud e ressalta a distinção e as contradições entre uma cultura ameríndia, primitiva e africana e a cultura européia. Segundo as autoras o objetivo do Movimento era destacar a tensão inerente a esse encontro, "Oswald queria mostrar que as influências externas eram "devoradas e vomitadas" criando-se um produto totalmente novo". O romance *Macunaíma* de Mário de Andrade é outra expressão do Movimento, nele o herói é um preto que vira branco, um de seus irmãos vira índio, e o terceiro continua negro, os três representando assim a mistura de raças.

Será pelas artes e pela literatura que o negro volta à cena ainda numa tentativa de se entender o Brasil e definir uma identidade brasileira. Da mesma época, 1933, o livro de Gilberto Freyre *Casa Grande e Senzala* recoloca o tema da mistura das raças e das oligarquias nordestinas. As autoras criticam o antropólogo por ter em seu livro romantizado a vida na casa-grande exaltando o que seria "a boa escravidão". Elas compartilham a opinião de Sérgio Buarque de Holanda em seu texto de 1935 e a de Caio Prado Jr. em *Formação do Brasil Contemporâneo*, de 1942, outro clássico que tenta entender a identidade brasileira, ambos, na contramão das posições de Freyre.

O texto de Caio Prado destacado em ***Brasil: uma biografia*** traz outra característica que se observa ao longo de toda a história do país: a ausência de verdadeiras rupturas. As insurreições, destituição dos imperadores e ou presidentes, e os novos governos que se sucedem, trazem como marca a manutenção das estruturas oligárquicas e da concentração do poder político e econômico na mão da elite. Ou seja, o Brasil tenta avançar mas sem mudar em sua essência, sem romper com a organização inicial da realidade brasileira. Para Caio Prado, uma sociedade que se remodela sem um abalo profundo mantém as marcas do atraso e os elementos causadores da miséria.

O Brasil que se queria moderno avançou num novo sistema eleitoral, nos direitos dos trabalhadores, e mais uma vez investe na imagem de um país harmônico e alegre exaltando a capoeira e a feijoada, e como símbolo desse momento, surge a cantora Carmem Miranda que é exportada para os Estados Unidos. Em troca, ressalta o livro, recebemos da Disney o personagem do Zé Carioca, "um papagaio mestiço, malandro, alegre, cheio de bossa e bom de bola, síntese da identidade nacional".

Mas como canta Noel Rosa, também "são coisas nossas" a miséria do mundo rural que persiste, a pobreza da periferia urbana e o descaso com o bem público, ao que podemos acrescentar as revoltas e mudanças de governo sem participação popular. Da instalação da República até os anos noventa quando se encerra o relato do livro, o país viveu entre ditaduras e governos eleitos de forma indireta e poucos eleitos por participação popular. As ditaduras, tanto a de Vargas nos anos trinta que teve um cunho fascista quanto a ditadura militar após o golpe de sessenta e quatro, se sustentaram com um forte esquema de comunicação e de censura às artes e atividades artísticas de uma forma geral. Da mesma forma, a repressão aos movimentos de resistência foi dura e deixou centenas de mortos.

O governo de Juscelino Kubitschek 1956-1961, um dos poucos governos eleitos no período de República cujo slogan era 50 anos em 5, tem como grande feito a construção da nova capital do país Brasília e a abertura do país para o capital estrangeiro. Seu governo termina sem alterar as bases da desigualdade política e social como todos os outros.

Mas o país, entre quarteladas, presidentes e ditadores, segue tentando construir sua identidade e cada período é retratado de forma magistral nas diversas formas de expressão artística que a depender do governo eram exaltadas ou censuradas. O filme de Nelson Pereira, *Rio 40 graus* de 1955, que retrata com bastante delicadeza a vida nas favelas do Rio de Janeiro foi proibido pela censura, como relatam as autoras, com o argumento cômico de que o cineasta além de comunista era mentiroso, porque o Rio de Janeiro jamais atingira 40°. O filme inaugura, junto com *Deus e o Diabo na terra do Sol*, de Glauber Rocha, o chamado cinema novo que utilizava a arte, a violência urbana e a história, como ferramentas para explicar o país.

Enfim, o livro ***Brasil: uma biografia*** ao mesmo tempo que vai dissecando “o corpo enfermo do país”, para utilizar a expressão do Pe. Antônio Vieira, ao recontar os fatos históricos pelo viés dos protagonistas anônimos, traz à tona temas difíceis de serem debatidos ainda hoje como o genocídio dos índios, a violência da escravidão, e a desigualdade social. Mas, o texto não deixa de ressaltar como as diversas formas de arte ao longo da história denunciaram esses mesmos temas. A costura que as autoras fazem relacionando os fatos e períodos históricos com os principais movimentos artísticos, as produções literárias, a criação poética e musical é uma das riquezas do livro e de onde vão surgindo os pontos de amarração de temas negados nos discursos oficiais.

O lançamento do livro em um momento onde o Brasil vive a agudização das tensões presentes em toda sua história é uma leitura indispensável para entendermos os dois Brasis de que falava Machado de Assis: o Brasil Real e o Brasil Oficial.

Maria Amélia Alves Lyra
Recife, 2016